

**Cadernos  
para o  
III Congresso**

**n.º 3  
Setembro 77**

**DE  
CASSACÁ  
A  
BISSAU**

**Edição do Serviço de Informação e Propaganda  
do Secretariado - Geral do PAIGC**

**DE  
CASSACÁ  
A  
BISSAU**

*Já publicados:*

**N.º 1 — Congresso da Independência  
para a Unidade  
e o Desenvolvimento**

**N.º 2 — 1977: Ano do III Congresso**

# Aos militantes do nosso Partido

**Camaradas!**

Proseguem os trabalhos da Comissão Preparatória do III Congresso do PAIGC, que se realizará em Bissau, de 15 a 20 de Novembro de 1977.

Com a aproximação da data do III Congresso do nosso Partido, intensifica-se o trabalho de organização e o reforço das estruturas partidárias (constituição dos Comités Regionais do Partido, organização dos Grupos do Partido nos locais de trabalho, dinamização da actividade dos Comités dos Bairros do Sector Autónomo de Bissau, realização da IV Assembleia das SEP's), desenvolve-se a actividade de esclarecimento em torno do III Congresso do PAIGC (seminário de formação política, conferências, publicações de material de informação e propaganda) e multiplicam-se as iniciativas dos militantes e dos trabalhadores em geral, em saudação ao III Congresso (aumento voluntário de horas de trabalho, oferta de um dia de vencimento à Comissão Preparatória do III Congresso, campos agrícolas, manifestações culturais e desportivas).

Para estudo atento dos nossos militantes e simpatizantes, o n.º 3 de «Cadernos para o III Congresso» inclui uma parte da intervenção feita pelo Secretário de Organização do PAIGC, a 14/8/77, num seminário de formação política organizado pelo Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau, bem como alguns documentos sobre o I e o II Congressos do PAIGC, realizados em 1964, em Cassacá, e em 1973, no Boé, respectivamente.

Bissau, Setembro de 1977

O Serviço de Informação e Propaganda  
do Secretariado-Geral do PAIGC.

# 1.

---

## A construção da unidade e a via para o desenvolvimento

● Intervenção do Secretário de Organização do PAIGC, camarada José Araújo, em 14/8/77, no Seminário de Formação Política promovido pelo Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau.

---

Os camaradas sabem já que o nosso Partido vai realizar o seu III Congresso em Bissau, de 15 a 20 de Novembro de 1977. Cada um dos dois Congressos anteriores do PAIGC marcou uma etapa da nossa vida. Não vou falar em pormenor dos dois primeiros Congressos, mas é preciso sabermos quais as razões que nos levam a realizar o nosso III Congresso.

O nosso Partido comemorou, no ano passado, o seu vigésimo aniversário, mas durante esses 20 anos só realizou dois Congressos. Nos Estatutos, diz-se que o Congresso deve reunir de três em três anos. Por conseguinte, se em 20 anos fizemos só dois Congressos, os camaradas veem que de facto não cumprimos as exigências estatutárias de realização do

Congresso trienalmente. Portanto, parece-me que não são nenhuma considerações estatutárias, de formalismo, que nos levam a reunir o III Congresso este ano.

Nós, em vinte anos, fizemos só dois Congressos por razões ligadas à vida que tínhamos na luta, que não eram favoráveis à realização de grandes reuniões que exigiam muita preparação. Não foi possível, durante os anos da guerra, reunir mais vezes o Congresso. Isso não quer dizer que não se tenham realizado muitas reuniões: aliás, uma das características do nosso Partido — a realização frequente de reuniões a nível da Direcção Superior.

Só reunimos duas vezes o Congresso, mas todos os anos, por exemplo, fazíamos reuniões alargadas do Comité Central e, mais tarde, fazíamos reuniões alargadas do Conselho Superior da Luta. E essas reuniões anuais, atendendo à qualidade e representatividade dos camaradas que nelas participavam, atendendo ao número de pessoas (100 a 150), ao tempo que duravam e aos problemas que nelas se discutiam (as principais questões que interessavam à nossa luta e à nossa vida), eram autênticos Congressos que realizávamos, cada ano. Em reuniões alargadas do CSL, foram tomadas decisões importantíssimas, como por exemplo a designação de membros da Direcção do Partido, ou a criação da Assembleia Nacional Popular que depois viria a proclamar o Estado da Guiné-Bissau. Essas reuniões alargadas do CSL funcionavam, pois, como verdadeiros Congressos em tempo de guerra, que não podiam ser Congressos com convidados estrangeiros, com programas transportes para levar os participantes a passear pelo País. Evidentemente que não eram Congressos com todas as coisas que queremos realizar no nosso III Congresso, mas eram autênticos Congressos pela natureza das suas decisões e pela qualidade dos delegados que neles participavam.

Fizeram-se muitas reuniões, mas Congressos foram só dois: o de Cassacá e o de Boé. Aliás, o de Cassacá inicialmente era uma reunião de Quadros do Partido que, mais tarde, pela representatividade dos participantes, e pela importância das suas decisões, se transformou no I Congresso do PAIGC.

Nós vamos realizar o nosso III Congresso, portanto, não com preocupações de formalismos estatutários (o II Congresso foi em 1973 pelo que o III deveria ter reunido o ano passado, mas nós em 1976 estávamos muito ocupados com os problemas do vigésimo aniversário do Partido que exigiram muito de nós), mas porque assim o exige a situação que hoje vivemos, a etapa da luta em que nos encontramos empenhados. A luta desenvolve-se até um momento em que se tem que parar, para analisar o que já foi feito, para ver de acordo com o nosso Programa quais os caminhos por onde devemos prosseguir, para realizar os nossos objectivos.

Iniciámos há 3 anos e estamos a viver uma etapa inteiramente nova da nossa vida, com a libertação total das nossas terras, tanto na Guiné como em Cabo Verde.

A etapa anterior caracterizava-se principalmente pela luta que se travava, aqui, na Guiné, sob uma forma especial, a forma armada — a luta armada da libertação nacional — e, em Cabo Verde, sob a forma de luta política clandestina. Com a paz e com a independência da Guiné e Cabo Verde, criou-se uma situação absolutamente nova e foi aberta uma nova etapa para a realização de objectivos que já estavam fixados anteriormente e cuja concretização passa agora para o primeiro plano. A nova etapa da nossa luta é a do cumprimento do Programa Maior do nosso Partido, programa que é caracterizado fundamentalmente por dois objectivos: a realização da Unidade Guiné-Cabo Verde e a construção do progresso, isto é a realização do desenvolvimento das nossas terras.

Nesta nova fase, temos que ver quais os métodos, quais as vias, que caminho iremos seguir, como iremos avançar para realizarmos os objectivos do Programa Maior do nosso Partido. As vias que trilhámos na etapa anterior, para libertarmos totalmente a nossa terra, eram justas e correctas e a prova disso é que conquistámos a liberdade de uma maneira completa, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Mas, na fase em que nos encontramos, é necessário reunirmo-nos e reflectirmos sobre o caminho que iremos seguir para continuarmos

a obra em que estamos empenhados desde a criação do nosso Partido.

## A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

O III Congresso do PAIGC tem um lema, como todos sabem: Congresso da *Independência* para a *Unidade* e o *Desenvolvimento*. Da *independência*, porque é o primeiro que realizamos depois da nossa independência e será o da sua consolidação, o Congresso da afirmação da nossa *independência*.

Para a *unidade*: há pessoas que podem perguntar: «então, para a *unidade*, é preciso dizer só agora? É agora que vamos fazer o arranque para a *unidade*?»

Sabemos que a *unidade* é um princípio fundamental do nosso Partido e que a *Unidade Guiné-Cabo Verde* é uma das pedras basilares do PAIGC: o PAIGC é o Partido da Guiné e de Cabo Verde.

Vamos supôr, por absurdo, que o Congresso decidia acabar com a *Unidade Guiné-Cabo Verde*. Se isso acontecesse, era a mesma coisa que decidir acabar com o PAIGC. Quem é contra a *Unidade Guiné-Cabo Verde*, quer outra coisa qualquer, mas não quer o PAIGC!

A *Unidade Guiné-Cabo Verde* é um dos alicerces do PAIGC, que consideramos como a nossa força principal, que não se pode tirar, porque se isso acontecer, como é o alicerce do PAIGC, este cai... É por isso que vemos o inimigo a procurar atacar-nos sempre neste ponto: atacam sempre a *unidade*, porque sabem que ela é a pedra fundamental do nosso Partido, é a nossa força principal. Desde as vésperas da fundação do PAIGC, o inimigo ataca a *Unidade Guiné-Cabo Verde*, porque sabe que ela é o alicerce do nosso Partido, é a peça essencial do nosso Partido, é um princípio fundamental do PAIGC.

O III Congresso não vai discutir se vamos ou não realizar a *Unidade Guiné-Cabo Verde*, porque é um Congresso do PAIGC: essa questão já foi decidida desde o dia da fundação

do nosso Partido e todos os militantes do PAIGC, à medida que entravam no nosso Partido, concordaram com a Unidade. Se entravam no nosso Partido é porque queriam a Unidade Guiné-Cabo Verde. Portanto, não é a questão da Unidade Guiné-Cabo Verde — se vai ou não realizar-se — que se discutirá no Congresso: isso está fora da discussão.

Não iremos também discutir a maneira de começar a fazer a unidade, porque já começámos há muito tempo. A unidade, que existe de facto desde os tempos da luta armada de libertação nacional, é traduzida pela identidade de situação jurídica dos guineenses, e caboverdianos nos dois países. Quer dizer, os guineenses em Cabo Verde gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que os caboverdianos, da mesma forma que os caboverdianos na Guiné gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que os guineenses. É o que está na Constituição da República da Guiné-Bissau e no próprio texto da Proclamação da Independência de Cabo Verde. Já andámos portanto muito no caminho da unidade.

O que nós vamos fazer no III Congresso é discutir e tomar decisões sobre a maneira de realizar a nossa unidade no plano institucional, ao nível dos nossos Estados. Existe hoje a República da Guiné-Bissau e a República de Cabo Verde. Mas a aspiração do PAIGC, quando fala da construção da unidade, é concretizar a realização da unidade no plano dos nossos Estados, até que um dia tenhamos um só Estado para todos os guineenses e caboverdianos.

Pode perguntar-se isso não podia ser resolvido antes? Porque é que fizemos dois Estados e não fizemos um só desde o dia da proclamação da independência da Guiné-Bissau? Tivemos grandes discussões, sobre este assunto, com alguns estrangeiros que queriam ser mais guineenses ou mais caboverdianos que nós próprios, que nos queriam dizer o que devíamos fazer nesta e naquela situação, como por exemplo na questão da Unidade entre a Guiné e Cabo Verde.

Quando foi proclamada a República da Guiné-Bissau, definiu-se no texto da Proclamação que as fronteiras da República

da Guiné-Bissau seriam as fronteiras da ex-colónia portuguesa da Guiné. Ficou lá claro, nesse documento da Proclamação, os limites do nosso país, de acordo com os nossos princípios e com as nossas realidades. Porque, se de facto existia um Estado na Guiné-Bissau, não podíamos falar, nessa altura, da existência do mesmo Estado em Cabo Verde, porque isso não correspondia à verdade. Foi esta a primeira razão porque não proclamámos um único Estado da Guiné e Cabo Verde.

A segunda razão foi porque um princípio fundamental do nosso Partido é o de que a Unidade Guiné-Cabo Verde tem de ser feita na liberdade. Os nossos povos têm de a desejar conscientemente e proclamar a sua vontade de viver na unidade. É por isso que o Programa do nosso Partido diz: conquista da independência da Guiné, conquista da independência de Cabo Verde e, depois, construção da Unidade da Guiné e Cabo Verde. Nós não podíamos de maneira nenhuma, sem cometer uma violência grave contra as nossas realidades, contra a democracia e contra os interesses do futuro das nossas terras, forçar a unidade durante o colonialismo. Seria uma fantasia, uma coisa sem fundamento, uma coisa sem solidez, uma coisa destinada a ir abaixo à primeira investida. O nosso Programa estabelece, e a política do Partido é essa, que a Unidade Guiné-Cabo Verde deve ser feita na liberdade, quer dizer, o povo deve exprimir-se livremente se quer ou não a Unidade.

Para cumprir o nosso Programa, tivémos primeiro que conquistar a independência, tivémos que criar os nossos Estados, tivémos que tirar o nosso povo da sujeição colonial, para que ele pudesse exprimir livremente a sua vontade unidade.

Se, no plano das instituições de Estado, não fizémos ainda a unidade, em outros planos, como por exemplo o do povo, essa unidade está feita com a igualdade de estatuto dos guineenses e caboverdianos. Também no plano das Forças Armadas: praticamente todos os oficiais superiores das Forças Armadas em Cabo Verde são camaradas caboverdianos que participaram na luta armada na Guiné. E nós, com base no princípio de que as FARP são ainda, de certo modo, o braço

armado do PAIGC, podemos dizer que temos um só exército na Guiné e em Cabo Verde, com dois ramos que se entre-ajudam, tudo isso no quadro da Unidade Guiné-Cabo Verde

Os camaradas conhecem também aquele passo importante que foi a criação do Conselho da Unidade da Guiné e Cabo Verde, constituído por deputados às Assembleias Nacionais Populares dos dois países.

Se era forçoso que passássemos por esta fase, devemos ter em vista, em cada momento, o futuro, procurando o melhor caminho para continuarmos para diante. Foi por esta razão que inscrevemos no lema do III Congresso esta questão da Unidade Guiné-Cabo Verde. Vamos discutir, com base nos nossos princípios e nos fundamentos da Unidade Guiné-Cabo Verde, qual a maneira de assegurar a realização dessa unidade, ao nível das nossas instituições de Estado.

## A VIA PARA O DESENVOLVIMENTO

O terceiro ponto do lema do III Congresso é *desenvolvimento*. A questão do desenvolvimento põe-se nos seguintes termos: nós lutámos duramente, mas todos sabemos que não lutámos só por palavras bonitas. Como dizia o camarada Amílcar Cabral, o povo não luta só por palavras e ideias que estão nas cabeças das pessoas, mas por objectivos concretos, destinados a melhorar as suas condições de vida. Toda a luta que travámos não foi só para ficarmos contentes, não foi só para termos um hino e uma bandeira: lutámos para construir o progresso, para promover o desenvolvimento das nossas terras, para atingir, verdadeiramente, a prosperidade e o bem estar do nosso povo. E quando falámos em desenvolvimento, não nos referimos apenas ao aspecto económico, mas em todos os sentidos.

Nesta fase da nossa luta, depois da independência, temos que nos reunir, discutir e decidir qual o caminho que iremos seguir para realizar o desenvolvimento verdadeiro da nossa terra. É uma questão importantíssima, é um debate actual que se trava no nosso Partido. É uma questão mais importante

ainda, num certo sentido, do que o problema da unidade, porque aí não há discussão nenhuma. A questão da unidade é um problema técnico — podemos dizer assim —, mas a questão que diz respeito à via de desenvolvimento da nossa terra tem, talvez, mais qualquer coisa...

É por isso que, neste momento, vemos muita gente, amigos e inimigos — todos estão interessados em saber — perguntar: «Que caminho vai seguir o PAIGC?». Esta questão ganha ainda mais actualidade na medida em que, recentemente, alguns Partidos que lutaram juntamente connosco contra o colonialismo português, proclamaram uma certa via proclamaram-se marxistas-leninistas ou, pelo menos, estão a caminho disso.

Muita gente, durante os longos anos da Luta de Libertação Nacional, dizia que o PAIGC era o «número um». Isto sem falsas modéstias. O PAIGC era o número um na luta de libertação em África! Era apresentado como o movimento mais bem organizado e estruturado de África, que conduzia uma luta séria, que seguia uma via correcta, que alcançava extraordinárias vitórias. Isso foi assim desde o início da luta armada, em 1963, até ao fim, em 1974. Chegava-se a uma conferência em que os movimentos de libertação tinham que falar e o PAIGC falava em nome de todos. Os camaradas lembram-se de tudo isso...

É por esta razão que toda a gente está com os olhos postos em nós. Querem saber que caminho vai seguir o PAIGC. Existem ainda outros que dizem que o PAIGC ainda não fez as suas opções, ainda não definiu o seu caminho, que o PAIGC está um bocado indeciso, sem saber por onde seguir. Os amigos estão preocupados e os inimigos também!

Nós continuaremos a trabalhar duramente, seguiremos o nosso caminho. O camarada Amílcar Cabral ensinou-nos que a coisa mais preciosa que pode haver é a liberdade de pensamento e de acção. E disse que não vale a pena lutar, se não houver liberdade de pensamento e de acção. Por isso, nós vamos pensar e decidir com as nossas próprias cabeças. Como sempre, não negamos, das experiências dos outros, aquilo que

poderá ser aplicado para o desenvolvimento das nossas terras. Assim o fizémos durante a luta armada — nunca desprezámos as experiências de outros povos — e assim vamos fazer agora. Temos presente os ensinamentos de Amílcar Cabral que dizia: aprender nos livros, aprender na vida, aprender com a experiência dos outros. Nós aplicamos essas experiências às nossas realidades e que ninguém venha pretender conhecer as nossas realidades melhor do que nós. Nós conhecemos bem a nossa realidade humana, social, económica, política etc., melhor do que ninguém. Não nos venham cá ensinar isso!

● Vamos continuar a estudar as experiências dos outros e ver em que medida é que, de acordo com as nossas realidades específicas, elas poderão servir para realizarmos o programa traçado por nós, o Programa Maior do PAIGC, que é o programa da construção do desenvolvimento da nossa terra. Não vamos fazer proclamações disto ou daquilo, só porque é bonito ou porque está na moda ou para agradar certos ouvidos. Vamos, isso sim, ver concretamente quais são as nossas realidades, ver concretamente os interesses do nosso povo porque — como costumamos dizer — nós somos alinhados com os interesses do nosso povo. Vamos ver, objectivamente, tendo em conta essas realidades e esses interesses, qual o caminho que vamos seguir para o desenvolvimento das nossas terras. É esse o tema principal, podemos dizer assim, do III Congresso do PAIGC.

Podemos dizer que o I Congresso, o de Cassacá, que reuniu logo após o início da guerra — um ano depois do começo da guerra — traçou o caminho para o desenvolvimento da luta armada.

O II Congresso traçou o caminho para pôr termo à guerra, traçou o caminho que nos permitiu dar os golpes decisivos, de misericórdia, contra o colonialismo moribundo na nossa terra.

E, agora, o III Congresso do PAIGC, praticamente dois anos após a conquista da independência da Guiné e de Cabo Verde, traçará também o caminho não do desenvolvimento da luta armada, mas do desenvolvimento da nossa luta de reconstrução nacional, de molde a construirmos aquela terra com

que o camarada Amílcar Cabral sonhou, uma terra de liberdade, de prosperidade e de democracia.

*(Este texto foi extraído de uma gravação da intervenção do Secretário de Organização do PAIGC, camarada José Araújo, feita em crioulo, a 14/8/77, no Seminário promovido pelo Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau).*

## 2.

---

# Documentos sobre o Congresso de Cassacá

---

### 1— Ambiente de entusiasmo e de patriotismo

De 13 a 17 de Fevereiro realizou-se uma Conferência Geral de quadros do Partido, a VI reunida pela primeira vez numa das regiões libertadas, a sul do rio Geba. Com a participação dos principais responsáveis políticos e militares das diversas regiões e zonas e da maior parte dos responsáveis destacados em missão no exterior, a Conferência foi presidida pelo Secretário Geral do Partido, Amílcar CABRAL [...]

No decurso da Conferência, que se desenrolou num ambiente de entusiasmo e de patriotismo, foram estudados os

principais problemas referentes ao desenvolvimento da nossa luta na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, e à reconstrução e o futuro do nosso país. Por outro lado, a Conferência procedeu a uma análise crítica e autocrítica da actividade do Partido e dos seus dirigentes.

A Conferência tomou importantes decisões respeitantes tanto ao funcionamento dos órgãos dirigentes do Partido como ao reforço do poder popular, da actividade económica, da administração, da justiça, da instrução e da assistência social nas regiões libertadas.

Tendo em conta a situação concreta do nosso combate libertador, a Conferência decidiu transformar significativamente a estrutura militar da nossa luta. Determinando a eliminação de regiões e zonas militares autónomas, a Conferência criou as «FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DO POVO (F.A.R.P.)», englobando os três elementos seguintes: a «Guerilha», o Exército Popular e a Milícia Popular. A luta armada passará a ser doravante dirigida por órgãos nacionais, coadjuvados por um Conselho de Guerra directamente ligado ao Bureau Político do Partido. De acordo com as condições concretas do seu desenvolvimento e com as vitórias já alcançadas, a nossa luta armada deve brevemente entrar numa nova fase. [...]

*(Comunicado de 31 de Março de 1964 do PAIGC, assinado por Luiz Cabral, então membro do Bureau Político (Informação e Propaganda), extractos).*

## II — Prova irrefutável do sucesso da luta

O eco da vitória alcançada pelo nosso Partido com a realização da VI Conferência de Quadros (I Congresso) numa

das regiões libertadas a sul do Geba, estendeu-se através do país, aumentando a desmoralização do inimigo e reforçando por todos os lados a determinação do nosso povo na sua luta de libertação nacional.

Notícias referentes às reacções provocadas por este acontecimento histórico chegam-nos de diversas zonas do país. Por um lado, os colonialistas portugueses não podem esconder o seu desespero face a esta prova irrefutável do sucesso da nossa luta e, por outro lado, as massas populares das cidades e do campo, bem como das regiões libertadas e naquelas ainda ocupadas pelas forças colonialistas, manifestam a sua alegria e o seu apoio às decisões tomadas pela Conferência.

De regresso aos seus postos, os dirigentes do Partido que tinham participado na Conferência, fizeram várias reuniões com os responsáveis e com o povo a fim de lhes expôr e explicar as resoluções adoptadas pelo nosso 1.º Congresso. Assim, na região de Oio, realizou-se uma reunião na qual tomaram parte 60 responsáveis políticos e militares das zonas do norte do país para estudar os meios mais adequados para a colocação em prática das decisões da Conferência. Reuniões semelhantes tiveram lugar nas regiões do sul e do centro-sul do país, nas quais participaram centenas de responsáveis políticos e militares.

No plano de acção militar, os acontecimentos registados após a realização da VI Conferência mostram que esta vitória reforçou significativamente a coragem e a determinação dos nossos combatentes. Estes multiplicam cada dia as iniciativas, nomeadamente nas zonas ainda não libertadas, e prepararam-se activamente para levar a cabo as tarefas determinadas pelo Partido no decurso da nossa Conferência. [...]

*(Comunicado de 14 de Abril de 1964 do PAIGC, assinado pelo Secretário-Geral, Amílcar Cabral, extractos).*

### III — Um novo impulso de vitalidade e de confiança na actividade do nosso Partido

[...] Reunindo, ao longo da batalha de Como e a alguns quilómetros do teatro das operações, uma assembleia magna de quadros e de delegados, dos quais cerca de sessenta dos principais dirigentes políticos e militares da nossa organização, nós conseguimos não só levar aos nossos combatentes e ao nosso povo um encorajamento decisivo na luta, mas também para provar de forma brilhante os êxitos irreversíveis do nosso combate .

Durante sete dias (compreendidas as reuniões preliminares), a quase totalidade dos quadros dirigentes do Partido, assim como dos delegados vindos de todas as regiões do país puderam reunir-se, apesar dos canhões e dos aviões portugueses, para discutirem os problemas fundamentais da nossa vida e da nossa luta. A natureza destes problemas e a importância das decisões que aí foram tomadas no plano político, militar, económico e social deram a este Congresso um carácter histórico e imprimiram um novo impulso de vitalidade e de confiança à actividade do nosso Partido. O entusiasmo com que as massas populares acolheram este Congresso, e todas as iniciativas que o acompanharam ou lhe sucederam, constituiu uma prova suplementar da consciência política do nosso povo.

A aplicação das resoluções e das decisões do nosso Congresso permitiu-nos realizar progressos notáveis no decurso de 1964, que transformaram de forma significativa a situação no nosso país. Por outro lado, submetendo as deficiências e os erros cometidos no seio do Partido a uma crítica e a uma autocrítica sincera, o nosso Congresso determinou as medidas necessárias à eliminação destas faltas. A nossa organização tornou-se assim, ao longo de 1964 mais forte que nunca.

Entre as principais realizações efectuadas em 1964, citamos:

## 1. NO PLANO POLITICO E ADMINISTRATIVO

— Reorganização do Partido, tanto ao nível das bases como dos órgãos dirigentes. Criação efectiva de Comité de Secção e de outros órgãos locais de direcção do Partido e transformação dos Departamentos do Comité Central, de molde a adaptá-los às novas exigências da nossa vida e da nossa luta. Nas regiões libertadas, passagem do poder para as mãos dos órgãos locais e criação de Comités especiais de administração (estado civil, justiça, instrução, saúde, etc.);

— Reforço do trabalho político junto das massas populares, com vista a elevar cada dia o nível de consciência política, sobretudo nas regiões ainda não libertadas. [...]

## 2. NO PLANO MILITAR

— Reorganização da luta armada, especialmente pela reestruturação e a redistribuição das nossas forças armadas, e pela criação de comandos inter-regionais e de um órgão central de direcção da luta armada (o Conselho de Guerra);

— Criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.), englobando a guerrilha, as milícias e o Exército Popular. Mobilização de várias unidades do nosso Exército Popular, facto que, aliado à intensificação da acção dos guerrilheiros, veio alterar por completo os planos do inimigo para a estação seca.

*(Amílcar Cabral, Relatório sobre o desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional na Guiné e Cabo Verde em 1964, extractos).*

## V — "O Partido estava doente..."

[...] Camaradas, a nossa luta desenvolveu-se, passamos a nossa luta outra fase grande, que foi após o nosso Congresso de Cassacá, que teve a coragem de cortar grandes

vícios criados na nossa luta. Os camaradas conhecem essa história, mas não é mal eu resumir-la: — O Partido já estava doente, após um ano de luta. Toda a gente queria o Secretário-Geral como chefe, mas não queriam entender-se uns com os outros, sobretudo no Sul da nossa terra, porque no Norte a área de luta era quase só Oio, não é verdade? Mas no Sul havia muitas áreas, Quinara, Fulacunda, Cubisseco, áreas de N'Tuane, Tchou de Nalu, etc. Os camaradas começaram a não se entenderem, cada um do seu lado, cada um abusando, fazendo os abusos que lhe apetecia na sua área, não respeitando qualquer outro que fosse para lá como seu superior.

Fizemos o Congresso de Cassacá para pormos o Partido no caminho como devia ser. Os responsáveis do Partido que cometiam mais erros e que foram ao Congresso, foram os únicos que se fizeram acompanhar de gente armada. Eles mesmos armados e ainda por cima, acompanhados de homens armados. Houve um que não foi com a sua gente, um tal Watna, cujo apelido não me recordo, que estava nas bandas de Nhai, junto de N'Calá. No Congresso pusemos tudo claro. Não vou contar a história do Congresso, não tenho tempo para isso, mas pusemos as coisas claro. Alguns dirigentes fizeram-se acompanhar mesmo com o seu grupo de bajudas. Algumas dessas bajudinhas daquele tempo, agora estão a estudar, como a Antónia Nambundé, outras são enfermeiras, como Nhai e outras. Eram bajudinhas que estavam a crescer para alguns chefes do Partido. Outro veio mesmo com o seu «djidiu» que o cantava, «Djidiu» cantando atrás! «Regulundade» grande! Mas, camaradas, isso é que é a África! A nossa tradição é essa! Quem é chefe é cantado, e quem vem atrás para cantar de vez em quando, recebe uns tostões e fica contente.

Mas meteu-se-nos na cabeça fazer coisa de branco, não é? Independência é coisa de branco, tenham paciência! Partido é coisa demasiadamente nova na nossa terra, devemos respeitar leis novas, portanto. Ou há direcção, ou não há. Se há direcção ninguém pode vir com «djidiu», nem com criados atrás, quanto mais com côrte de mulheres para lavar-lhes os pés, para lhes lavar a cabeça, para lhes catar piolhos, não

é verdade? Para lhes untar azeite à noite. Outros, como o Casimiro, por exemplo, abusando das nossas bajudas de uma maneira indecente.

Tudo isso foi denunciado no Congresso de Cassacá, mas através de um trabalho duro, porque a nossa gente, o seu sistema é o seguinte: ver e calar, porque «se eu falo talvez apanhe pancada». Podem imaginar quanto foi difícil para alguns de nós, particularmente para mim, pôr as pessoas a falar nesse Congresso, para dizerem a verdade sobre o Casimiro e outros que tais, sobre o Watna e outros. Mesmo dirigentes do Partido, como Rui Djassi, calaram-se! E, ainda por cima, alguns dirigentes mesmo tinham também a sua conta no cartório e não queriam que outros falassem deles. Os esforços que foi necessário fazer, para pôr a falar os indivíduos que tinham vindo como criados, acompanhando aqueles grandes.

E durante a reunião grande, de crítica e autocritica, que começou às 7 da manhã num dia e acabou às 6 horas do dia seguinte, sem praticamente parar, conseguimos desarmar os responsáveis que estavam com pistola, para ficarem desarmados como toda a gente. Foram denunciados cara a cara, mas ainda faltavam alguns para denunciar, porque os criados deles não tinham falado. Às cinco horas e tal da manhã dei ordem para se ajuntarem no largo do lugar do Congresso todos os acompanhadores de responsáveis que tinham armas. Todos perfilaram com armas na mão. Eram somente os acompanhadores dos indivíduos que tinham cometido erros graves. Dei-lhes ordem para depôrem as armas, que foram recolhidas. Pusémos claro o problema: «a partir deste momento, vocês estão todos presos, porque acompanharam indivíduos que cometeram erros graves no Partido, vieram apoiar os que abusam da autoridade que o Partido lhes deu, para fazerem o que querem, o que as suas barrigas querem».

Passámos um dia interrogando, mesmo o mouro grande de um deles, conselheiro espiritual de um deles, voltou-se contra o patrão. A pouco e pouco, as bajudas abriram a boca e contaram a verdade, e mostraram quanta raiva tinham daquelles atrás dos quais andavam. Mesmo os combatentes que ti-

nham sido açoitados, contaram tudo: ando atrás deles mas fui batido, estou furioso. Foram completamente desmascarados. Infelizmente ainda um ou outro escapou naquele Congresso.

Para resumir, digo-vos: aqueles principais culpados foram presos no fim do nosso Congresso e aqueles que não vieram, como Watna, mandamos uma missão de confiança para ir prendê-los onde estavam. Resistiram, foram liquidados. Garanto-vos camaradas, que ainda hoje a nossa posição é essa. Qualquer um que saia da linha do Partido, que abuse da autoridade do Partido, das duas uma: ou ele vence ou então liquidámo-lo de certeza, porque buscamos o interesse do nosso povo, não buscamos o interesse da barriga de nenhum de nós. Seja qual fôr o teu posto no Partido, militante ou dos mais altos responsáveis, se saíres da linha do Partido para fazeres a tua própria linha, então prepara-te, porque tens que ganhar. Se não ganhares, serás certamente liquidado. Esta é a grande lição que tiramos no Congresso de Cassacá que foi muito importante, porque apesar de todos os erros, tivemos a coragem de criar nova vida para o Partido, decidir da criação do Exército Regular, da Milícia Popular, de Escolas, Hospitais, de formar enfermeiras, etc., etc., e abrimos um caminho novo para as bajudas todas que estavam lá, para serem úteis. Foram para Conakry, para a Escola Piloto, onde começaram a formar-se para serem mulheres úteis ao povo e à luta.

O nosso povo, em Kitáfine, entendeu claro e mesmo confessou: agora sabemos o que é o Partido. Vimos o que quer dizer Partido de facto. E aqueles que estavam ou estão a enganar o nosso povo, a fazer do Partido coisa sua, mais dia ou menos dia serão apanhados. [...]

*(Amilcar Cabral, no Seminário de Quadros em 1969).*

### 3.

---

## Documento sobre o II Congresso

---

### Sob o triplo signo de unidade, luta e vigilância

O 2.º CONGRESSO do nosso Partido, realizado nas Regiões Libertadas do Leste do nosso País de 18 a 22 de Julho de 1973 reconhecendo:

— A justeza das estruturas e das organizações criadas pelo Secretário-Geral do Partido, o nosso saudoso e querido camarada AMÍLCAR CABRAL, e a correcta orientação e direcção que ele soube imprimir à luta desde o seu início;

— A necessidade de aplicação prática dos Estatutos do Partido agora revistos, e a força do nosso grande Partido tanto no interior da nossa terra, em particular nas Regiões Libertadas, como no exterior;

*Decide:* manter as estruturas e a organização do Partido no essencial e efectuar apenas pequenas alterações indispensáveis ao bom prosseguimento do nosso trabalho, após o bárbaro assassinato do camarada CABRAL pelas mãos ensanguentadas do Governo colonialista português e dos seus agentes;

— Aprovar os Estatutos já revistos e fazê-los aplicar na prática, defendendo intransigentemente os princípios do nosso Partido.

Para melhor se atingir este objectivo, o Partido deve trabalhar mais intensamente no sentido de aumentar e aperfei-

çoar o trabalho político e ideológico, tanto no seio dos combatentes, como no seio da população civil.

Constatando progressos na marcha da luta em Cabo Verde e a necessidade de solução de numerosos e complexos problemas para a intensificação da mesma, o 2.º CONGRESSO

**Decide:** A criação de uma COMISSÃO NACIONAL que se ocupará inteiramente das acções a levar a cabo pelo Partido nesta parte do nosso território nacional.

Constatando as numerosas vitórias obtidas pelo nosso Partido no plano internacional, o prestígio, o respeito e a admiração que gozamos em África e no mundo, devido sobretudo à obra imensa realizada pelo camarada AMÍLCAR CABRAL neste plano da nossa actividade, o 2.º CONGRESSO

**Decide:** manter a orientação imprimida pelo camarada AMÍLCAR CABRAL e garantir a nossa presença e participação activa em toda a actividade importante que decorre deste plano.

O 2.º CONGRESSO DO PARTIDO reafirma:

— O apoio total do nosso Partido à C.O.N.C.P. (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), o MPLA, a FRELIMO e o MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe);

— A nossa solidariedade com os povos irmãos vizinhos da República da Guiné e do Senegal;

— A nossa solidariedade de combate com as organizações democráticas portuguesas que constituem uma nova frente, aberta no próprio Portugal, contra os fascistas e colonialistas portugueses e a vontade de uma maior colaboração e cooperação para intensificar as acções contra o inimigo comum dos nossos povos e

**Decide:** Manter a política até então seguida em relação à África e no plano internacional no que respeita ao estreitamento de relações com outros povos e organizações de luta e ao reforço dos laços de cooperação com os mesmos;

— enviar, em particular, uma moção do CONGRESSO ao Comité Central do PDG e ao seu leader, o Presidente Ahmed Sékou Touré, manifestando o nosso reconhecimento pelo apoio

que sempre deu à nossa luta e muito especialmente nos momentos que se seguiram ao assassinato do camarada AMÍLCAR CABRAL e expressando a nossa total solidariedade com a revolução guineense, com o PDG e o seu grande leader, o Presidente Ahmed Sékou Touré.

Constatando as grandes vitórias obtidas no plano militar pelo nosso Partido no decurso deste ano e o entusiasmo de todo o nosso povo e dos nossos combatentes pela importante vitória alcançada em Guiledje pelo nosso Partido obrigando o inimigo a abandonar completamente o quartel e infligindo-lhe grandes perdas materiais e em vidas humanas, sem perdas da nossa parte;

— A eficácia das operações levadas a cabo no Norte e noutros pontos da nossa terra que se traduziram igualmente em importantes vitórias;

— O valor da experiência que nos permite passar a uma nova fase da nossa luta armada,

*Decide:* Condecorar o comando ABEL DJASSI pelo papel decisivo que desempenhou nas modificações operadas na luta no decurso deste ano.

O 2.º CONGRESSO, depois de ter ouvido com atenção os Relatórios dos camaradas da Marinha, esperançado no seu trabalho no futuro).

*Decide:* Que o Partido siga de perto a sua actividade, de modo a transformar a nossa Marinha cada vez mais numa força operante e consequente na nossa luta contra o colonialismo português.

Ainda no quadro da luta armada, *decide* conceder à Direcção do Partido plenos poderes para levar a cabo todas as modificações que julgue necessárias, oportunas ou indispensáveis na Direcção da luta armada a fim de se suprir a grande falta, que é a ausência do nosso querido camarada AMÍLCAR CABRAL, eminente estratega da luta de libertação nacional, e para que se chegue a uma melhor coordenação do trabalho nas distintas frentes, se desenvolva e aperfeiçoe os serviços de logística e de recrutamento e se operem as descentraliza-

que sempre deu à nossa luta e muito especialmente nos momentos que se seguiram ao assassinato do camarada AMÍLCAR CABRAL e expressando a nossa total solidariedade com a revolução guineense, com o PDG e o seu grande leader, o Presidente Ahmed Sékou Touré.

Constatando as grandes vitórias obtidas no plano militar pelo nosso Partido no decurso deste ano e o entusiasmo de todo o nosso povo e dos nossos combatentes pela importante vitória alcançada em Guiledje pelo nosso Partido obrigando o inimigo a abandonar completamente o quartel e inflingindo-lhe grandes perdas materiais e em vidas humanas, sem perdas da nossa parte;

— A eficácia das operações levadas a cabo no Norte e noutros pontos da nossa terra que se traduziram igualmente em importantes vitórias;

— O valor da experiência que nos permite passar a uma nova fase da nossa luta armada,

*Decide:* Condecorar o comando ABEL DJASSI pelo papel decisivo que desempenhou nas modificações operadas na luta no decurso deste ano.

O 2.º CONGRESSO, depois de ter ouvido com atenção os Relatórios dos camaradas da Marinha, esperançado no seu trabalho no futuro).

*Decide:* Que o Partido siga de perto a sua actividade, de modo a transformar a nossa Marinha cada vez mais numa força operante e consequente na nossa luta contra o colonialismo português.

Ainda no quadro da luta armada, *decide* conceder à Direcção do Partido plenos poderes para levar a cabo todas as modificações que julgue necessárias, oportunas ou indispensáveis na Direcção da luta armada a fim de se suprir a grande falta, que é a ausência do nosso querido camarada AMÍLCAR CABRAL, eminente estratega da luta de libertação nacional, e para que se chegue a uma melhor coordenação do trabalho nas distintas frentes, se desenvolva e aperfeiçoe os serviços de logística e de recrutamento e se operem as descentraliza-

ções capazes de nos permitir um maior aproveitamento dos meios nas frentes de combate.

No domínio da Reconstrução Nacional, o 2.º CONGRESSO constata que:

— No plano da educação nacional se obtiveram algumas vitórias, que aumentou a ajuda que recebíamos para levar a cabo a nossa actividade, que possuímos mais livros e material didáctico, que se têm acelerado a formação de quadros mas que temos possibilidades de fazer mais, de melhorar o nível de conhecimentos dos nossos professores, de forma a obtermos o máximo rendimento neste importante sector da nossa vida;

— No plano da Saúde há necessidade de melhorarmos o nível dos nossos quadros principalmente o das nossas enfermeiras do Partido, que foram bons quadros de saúde nos primeiros tempos de luta, uma propaganda no sentido de criar nelas o interesse pelo estudo, a curiosidade em aprender mais e melhorar assim o nível do seu trabalho;

— No plano da Economia, o Partido pode e deve não só fazer mais no sentido de desenvolver os ramos de actividade que já constituem a nossa própria vida mas também criar novos meios e novas actividades na nossa terra, de modo a melhorar as condições de alimentação e de vida do nosso povo. Há já exemplos edificantes de certos sectores onde os responsáveis da produção obtiveram vitórias que podem orientar e inspirar outros sectores, afim de melhorarem o seu trabalho;

— No plano da informação há falta de quadros, mas que os camaradas disponíveis têm feito esforços para que o trabalho avance. Na rádio, apesar de algumas fraquezas observadas, os camaradas têm procurado assegurar os programas necessários para que a Rádio se mantenha de pé. É indispensável tomar medidas que nos permitam continuar com outras actividades que venhamos desenvolvendo no plano da informação, particularmente a publicação da nossa imprensa «Libertação», «PAIGC-Actualités» e «Blufo», para que saiam com regularidade e levem notícias da nossa vida e da nossa luta aos nossos combatentes e ao Mundo.

O 2.º Congresso, depois de discutir em profundidade o

problema fundamental da Unidade Guiné e Cabo Verde, reafirma a nossa certeza de que o espírito de Unidade do nosso Partido corresponde aos profundos anseios e interesses do nosso povo na Guiné e Cabo Verde e que o caminho traçado e seguido pelo nosso Partido, desde a sua criação, é o caminho justo e pensa que devemos continuar nele; mas também que a Unidade é uma luta permanente porque há sempre inimigos da mesma e que por isso devemos intensificar a propaganda do Partido no sentido de fazer de cada combatente, de cada militante, de cada jovem da nossa terra, um defensor intransigente da Unidade do nosso povo e da Unidade do nosso Partido, condição de base para a constante consolidação da Unidade do nosso Povo.

O 2.º CONGRESSO nota, que, se no passado, o nosso Povo na Guiné e Cabo Verde estava ligado por laços históricos e de sangue, hoje, no PAIGC, os laços do presente são também laços de luta, cimentados por dez anos de luta armada e de sacrifícios, na qual os filhos da Guiné e Cabo Verde lutam juntos para a libertação da Guiné e Cabo Verde.

O 2.º CONGRESSO afirma a consciência da seguinte realidade: o inimigo fará tudo para tentar destruir-nos e que compreende claramente que a Unidade é uma das forças principais do Partido na luta difícil que travamos pela nossa total libertação do jugo colonial português.

O 2.º CONGRESSO reconhece e sublinha o espírito de bondade e de humanidade do Secretário Geral do Partido, camarada Amílcar Cabral, que teve sempre uma atitude de compreensão, de estima, de camaradagem e ajuda para com todos os combatentes, militantes e responsáveis do Partido, considerando tal espírito como uma das características da sua personalidade que foi também uma das razões de algumas das grandes vitórias do Partido. Mas, analisando as circunstâncias em que o crime do assassinato do nosso grande líder, camarada AMÍLCAR CABRAL, teve lugar, e constatando que o mesmo foi facilitado pelo proveito que o inimigo soube tirar das mencionadas qualidades do camarada AMÍLCAR CABRAL proclama a necessidade de uma maior intransigência para com

os erros no futuro, de uma maior vigilância no seio do Partido e decide o reforço da disciplina partidária e, para atingir os objectivos do Partido, a criação de um Conselho Superior de Segurança e Controle que controlará toda a actividade dos militantes, responsáveis e dirigentes, no quadro da nossa vida e da nossa luta.

Reafirmando a justa orientação do Partido, o 2.º CONGRESSO salienta que não houve motivo algum que pudesse justificar uma acção anti-Partido tanto mais que o Partido dá a todos os seus membros, desde o militante mais simples aos principais dirigentes, o direito e a personalidade de se exprimir livremente e de manifestar, se assim o entender, o seu desacordo com os pontos de vista da Direcção do Partido. Os criminosos, agentes dos colonialistas portugueses, mostraram pela sua acção um profundo e total desprezo pelo nosso povo e pelos nossos combatentes, que eles sabiam fiéis ao Partido. O 2.º CONGRESSO não encontra qualquer razão ou causa, a não ser a ambição, que pudesse justificar o acto de traição levado a cabo por alguns corrompidos, ligados ao Partido. E proclama mais uma vez a inteira fidelidade do nosso Partido ao pensamento e linha de acção do camarada AMÍLCAR CABRAL, que é não só o símbolo da Unidade do povo da Guiné e Cabo Verde, mas também a bandeira de combate na luta que travamos contra o colonialismo português. Ser fiéis aos princípios é também não permitir que, de qualquer forma, o inimigo nos influencie nas nossas decisões, que devem ser ditadas pela análise da nossa realidade, pela necessidade de conservar e fortificar a unidade do Partido e de fazer avançar a nossa luta.

O 2.º CONGRESSO do Partido aprova as medidas tomadas pela Comissão de Inquérito, com apoio popular, para castigar exemplarmente, e sem nenhum perdão, todos os criminosos que participaram no crime e pede à Direcção Superior do Partido que dê continuidade aos trabalhos da mesma e que se chegue a um esclarecimento completo sobre o assunto, de modo a não permitir que:

1.º — Qualquer pessoa envolvida no crime possa descon-

der-se no seio do Partido fugindo à acção da lei;

2.º — Subsistam dúvidas sobre qualquer elemento da Direcção invocado no processo, uma vez que todos os elementos da Direcção do Partido têm de estar fora de qualquer suspeita de eventual participação num crime tão abominável e monstruoso, como o que foi perpetrado na pessoa do nosso querido Secretário-Geral.

O 2.º CONGRESSO do Partido, depois de comprovar a situação em que o Partido se encontra, cada vez mais forte, e aquela em que acha o nosso inimigo, declara apoiar todo o trabalho feito no sentido de abrir caminho para possíveis negociações com os colonialistas portugueses, na base do reconhecimento do direito do nosso Povo à completa Independência.

O 2.º CONGRESSO do Partido, em homenagem à obra de AMILCAR CABRAL, Herói do nosso Povo, obreiro da nossa libertação nacional, decide:

— conceder-lhe o título póstumo de Militante n.º 1 do PAIGC e colocar o seu retrato em todos os locais de trabalho do nosso Partido.

— criar uma medalha AMILCAR CABRAL para condecorar os heróis da nossa luta armada de libertação nacional.

O 2.º CONGRESSO do Partido, depois de eleger os conselheiros regionais e os deputados à Assembleia Nacional Popular, quadros do Partido, decide:

— a Convocação da Assembleia Nacional Popular no decurso deste ano, a fim de cumprir a sua primeira missão histórica: a Proclamação do Estado da Guiné, e criação de um Executivo para este Estado e adopção da primeira Constituição da nossa história.

O 2.º CONGRESSO do Partido, que decorreu sob o triplo signo de Unidade, Luta e Vigilância, desenrolou-se num ambiente altamente responsável de crítica e de autocritica, de ardor patriótico e de entusiástico espírito partidário.

Regiões Libertadas do Leste, 22 de Julho de 1973.

(Declaração Geral — II Congresso do PAIGC).

*Já publicados:*

**N.º 1 — Congresso da Independência  
para a Unidade  
e o Desenvolvimento**

**N.º 2 — 1977: Ano do III Congresso**